

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PORTARIA Nº 232, DE 28 DE MAIO DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao 1º quadrimestre do exercício 2019, na forma do Anexo I a presente Portaria (documento 0546461 do procedimento 0003962-63.2019.6.02.8000).

Art. 2º. Tornar público o correspondente Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário. Item 9.4, na forma do Anexo II a presente Portaria (documento 0546462 do mesmo procedimento).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. PEDRO AUGUSTO MENDONÇA DE ARAÚJO

## ANEXO I

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2018 A ABRIL/2019

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")													R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADA 1												INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 2 (b)	
	Últimos 12 Meses													
	LIQUIDADAS											Total (últimos 12 meses) (a)		
MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.113.980,99	7.105.330,71	6.940.248,63	7.035.519,30	7.122.524,59	8.190.787,85	13.164.764,36	9.902.342,28	9.584.763,17	7.720.381,03	7.644.623,98	7.555.465,98	99.080.732,87	245.527,92
Pessoal Ativo	6.375.109,42	6.357.080,24	6.187.996,11	6.282.895,17	6.310.650,17	7.417.698,78	11.968.999,52	9.123.146,92	8.407.619,37	6.929.734,24	6.856.919,35	6.754.575,90	88.972.425,19	245.527,92
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	5.457.979,98	5.435.768,10	5.280.643,15	5.401.212,08	5.416.539,25	6.515.351,95	10.131.261,45	8.024.279,10	7.598.984,64	5.963.822,04	5.907.855,22	5.828.047,86	76.961.744,82	245.527,92
Obrigações Patronais	917.129,44	921.312,14	907.352,96	881.683,09	894.110,92	902.346,83	1.837.738,07	1.098.867,82	808.634,73	965.912,20	949.064,13	926.528,04	12.010.680,37	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	738.871,57	748.250,47	752.252,52	752.624,13	811.874,42	773.089,07	1.195.764,84	779.195,36	1.177.143,80	790.646,79	787.704,63	800.890,08	10.108.307,68	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	559.035,67	567.193,97	571.213,20	571.576,22	630.826,51	592.041,16	919.126,34	596.444,32	939.512,25	627.037,86	626.689,66	639.875,11	7.840.572,27	-
Pensões	179.835,90	181.056,50	181.039,32	181.047,91	181.047,91	181.047,91	276.638,50	182.751,04	237.631,55	163.608,93	161.014,97	161.014,97	2.267.735,41	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§1º do art.18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	786.045,96	801.003,73	752.252,52	752.624,13	793.984,60	789.612,60	1.109.971,69	383.906,65	1.177.143,80	790.646,79	787.704,63	800.890,08	9.725.787,18	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	47.174,39	52.753,26	-	-	29.983,76	16.523,53	-	18.866,84	-	-	-	-	165.301,78	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	738.871,57	748.250,47	752.252,52	752.624,13	764.000,84	773.089,07	1.109.971,69	365.039,81	1.177.143,80	790.646,79	787.704,63	800.890,08	9.560.485,40	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	6.327.935,03	6.304.326,98	6.187.996,11	6.282.895,17	6.328.539,99	7.401.175,25	12.054.792,67	9.518.435,63	8.407.619,37	6.929.734,24	6.856.919,35	6.754.575,90	89.354.945,69	245.527,92

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) 4	818.616.620.128,93	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	89.600.473,61	0,010945%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art.20 da LRF) 5	136.168.688,59	0,016634%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art.22 da LRF)	129.360.254,16	0,015802%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art.59 da LRF)	122.551.819,73	0,014973%

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE - SCON/COFIN/TRE-AL - Emitido em 24.05.2019 às 11:00 horas.

Notas:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do Art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do Art. 35 da Lei 4.320/64.

2 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

3 - As despesas com auxílios natalidade e funeral não foram consideradas, conforme recomendação do Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário e Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF.

4 - Valor referente à Portaria STN nº 313 de 16 de maio de 2019 (DOU de 20/05/2019).

5 - Limite Máximo estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013, conforme Resolução CNJ nº 177, de 6 de agosto de 2013.

## ANEXO II

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4. ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO/2018 A ABRIL/2019		DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		99.326.260,79	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)		9.725.787,18	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)		89.600.473,61	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		818.616.620.128,93	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		818.616.620.128,93	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre RCL (V) = (III / IV) * 100		0,010945%	
		% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III	0,016682%	136.561.624,57
	Resol. CNJ 5/2005 - Ato decorrente \2: Portaria TSE nº 478 de 26.09.05	0,016665%	136.422.459,74



Resol. CNJ 26/2006 - Ato decorrente \2: NÃO TEM.	-	-
Resol. CNJ 177/2013 - Ato Decorrente \2: Portaria TSE nº 385 de 22.08.13	0,016634%	136.168.688,59
Justiça do Trabalho - Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3	-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça.

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho.

RUI CARLOS GALVÃO  
Gestor Financeiro

GIANE DUARTE COELHO MOURA  
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

De acordo.

FILIPPE LÔBO GOMES  
Diretor-Geral

Des. PEDRO AUGUSTO MENDONÇA DE ARAÚJO  
Presidente do Tribunal

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

#### PORTARIA Nº 188, DE 27 DE MAIO DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e considerando o constante no Processo Administrativo Digital nº 7470/2019, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte - Período: maio de 2018 a abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JATAHY JÚNIOR

#### ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO DE 2018 A ABRIL DE 2019

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS													
	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018	JAN/2019	FEV/2019	MAR/2019	ABRIL/2019		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	22.256.651,44	22.002.764,00	22.229.210,15	21.749.898,68	23.797.678,02	25.972.895,31	41.825.954,54	39.187.975,89	32.124.361,30	24.452.265,40	24.198.435,47	24.122.556,36	323.920.646,56	282.299,48
Pessoal Ativo	18.309.568,11	18.029.664,50	18.214.798,14	17.775.197,84	19.662.016,41	21.900.239,43	35.669.274,86	35.133.233,38	25.775.377,87	20.133.877,43	19.938.028,28	19.900.048,86	270.441.325,11	30.000,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	15.760.133,82	15.433.898,46	15.619.971,25	15.173.950,96	17.027.748,13	19.220.570,61	30.185.736,39	32.350.016,79	22.936.746,04	17.270.280,20	17.088.700,22	17.074.600,75	235.142.353,62	30.000,00
Obrigações Patronais	2.549.425,33	2.595.757,08	2.594.817,93	2.601.237,92	2.634.259,32	2.679.659,86	5.483.529,51	2.783.207,63	2.838.622,87	2.863.588,27	2.849.319,10	2.825.439,31	35.298.864,13	-
Benefícios Previdenciários	8,96	8,96	8,96	8,96	8,96	8,96	8,96	8,96	8,96	8,96	8,96	8,80	107,36	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.947.083,33	3.973.099,50	4.014.412,01	3.974.700,84	4.135.661,61	4.072.655,88	6.156.679,68	4.054.742,51	6.348.983,43	4.318.387,97	4.260.407,19	4.222.507,50	53.479.321,45	252.299,48
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.999.673,90	3.024.032,86	3.077.991,45	3.038.280,28	3.176.591,81	3.129.157,50	4.728.251,60	3.070.611,77	4.910.270,07	3.335.220,47	3.289.222,76	3.263.671,33	41.042.975,80	252.299,48
Pensões	947.405,91	949.063,12	936.417,04	936.417,04	959.066,28	943.494,86	1.428.424,56	984.127,22	1.438.709,84	983.163,98	971.180,91	958.832,65	12.436.303,41	-
Outros Benefícios Previdenciários	3,52	3,52	3,52	3,52	3,52	3,52	3,52	3,52	3,52	3,52	3,52	3,52	42,24	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	3.947.083,33	3.973.346,57	4.014.412,01	3.974.700,84	4.219.860,83	4.082.343,84	5.451.105,15	6.147.815,65	6.348.983,43	4.318.387,97	4.260.407,19	4.229.884,11	54.968.330,92	95.186,61
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	247,07	-	-	84.199,22	9.687,96	12.590,84	4.273.009,90	-	-	-	7.376,61	4.387.111,60	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.947.083,33	3.973.099,50	4.014.412,01	3.974.700,84	4.135.661,61	4.072.655,88	5.438.514,31	1.874.805,75	6.348.983,43	4.318.387,97	4.260.407,19	4.222.507,50	50.581.219,32	95.186,61
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	18.309.568,11	18.029.417,43	18.214.798,14	17.775.197,84	19.577.817,19	21.890.551,47	36.374.849,39	33.040.160,24	25.775.377,87	20.133.877,43	19.938.028,28	19.892.672,25	268.952.315,64	187.112,87

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	818.616.620.128,93	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	269.139.428,51	0,032877
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	448.634.652,50	0,054804
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95xVI) (parágrafo único, art. 22 da LRF)	426.202.919,87	0,052064
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90xVI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	403.771.187,25	0,049324

Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TRE-BA. Emitido em 21/mai/2019 às 15h e 00min.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico  
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05152019052900079

79

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,  
que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

